

*As sociedades caixeirais e o
"fechamento das portas" no
Rio de Janeiro (1850-1912).*



Fabiane Popinigis

AS SOCIEDADES CAIXEIRAIS E O
“FECHAMENTO DAS PORTAS” NO
RIO DE JANEIRO (1850-1912).

Este trabalho trata, no período compreendido entre 1850 e 1911, da reivindicação dos empregados no comércio do Rio de Janeiro - chamados então de caixeiros - pela diminuição das horas de trabalho.

O caixeiro acumulava várias funções numa casa comercial nas quais havia uma hierarquia entre os seus diferentes tipos: o caixeiro de balcão, o caixeiro de fora, o vassoura e o guarda-livros ou primeiro caixeiro. O guarda-livros era responsável pela administração das contas da casa e dava as ordens aos outros caixeiros. O caixeiro de fora era aquele que ia à rua fazer cobranças ou entregas, e o vassoura era assim chamado por ser o último caixeiro na hierarquia da casa comercial, o qual, em geral, era o encarregado da limpeza do estabelecimento. O caixeiro de balcão atendia os clientes. Uma casa comercial poderia ter vários caixeiros, dependendo de seu tamanho e prosperidade. Se havia apenas um caixeiro, em geral ele acumulava várias dessas funções.

O caixeiro deveria ser indivíduo de confiança do patrão. Quase sempre vindo de Portugal ainda criança, o aprendiz vivia e trabalhava com o patrão, sendo por ele criado e educado para, talvez um dia, herdar a loja ou obter sociedade. Isto estabelecia uma certa proximidade nas relações entre patrões e empregados. A literatura referente à vida dos caixeiros neste período demonstra uma certa preocupação em analisar um viés desta especificidade: os caixeiros viviam inteiramente no mundo dos patrões, dando duro nas suas vendas, sem perseguir seus próprios objetivos pessoais¹. A idéia do caixeiro asceta baseia-se no desejo

¹ O único trabalho referente exclusivamente à vida dos caixeiros na primeira metade do século XIX foi o de Lenira Menezes Martinho e Riva GORENSTEIN: *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, Biblioteca Carioca, v.4.

expressado por eles ou por seus interlocutores de que um dia seriam patrões. É freqüente, nas fontes, a representação de uma situação em que o caixeiro passava a ser patrão após uma vida de dedicação ao trabalho. Dono da venda, ele reproduziria então este processo². Via-se esta relação, portanto, como um contrato implícito entre patrão e empregado, onde o primeiro “concedia” favores aos caixeiros, enquanto estes deveriam aplicar-se em retribuir com gratidão e fidelidade indeléveis. Era dessa maneira que conseguiam a confiança do patrão para o serem também um dia.

Mas essa questão tem dois lados. Tanto na leitura de romances como de jornais, percebemos que os caixeiros também se divertiam e mantinham um mundo à parte, que não obedecia às regras dos patrões: eram as chamadas patuscadas, ou seja, farras. Há, nas fontes, várias referências a essas diversões. Em geral podemos encontrar nos romances, peças de teatro, folhetos e artigos de jornais a ambigüidade do comportamento dos caixeiros: eles iam ao teatro, faziam passeios ao Jardim Botânico que não passavam despercebidos, devido à agitação e às algazaras que promoviam; ademais, como não podia deixar de ser, envolviam-se com a filha, a viúva ou a própria esposa do patrão, o que gerava risos nos romances e peças, e confusões nos artigos de jornal. Este viés de abordagem não exorbitava as relações contratuais que regiam a vida cotidiana de patrões e caixeiros. Tal comportamento ambíguo revelava uma estratégia adotada pelos caixeiros para conseguir o que queriam, e se reproduziu ulteriormente em outro contexto, conforme se verá adiante.

A relação entre patrões e caixeiros não era apenas uma situação degradante para o dominado, mas um campo de disputas. Essa relação, que implicava cobranças mútuas, não era determinante no sentido de permitir que o patrão fizesse com que o caixeiro passasse a viver dentro do seu mundo, isolando-

² Como, por exemplo, em *O Caixeiro da Taverna* e *Quem Casa Quer Casa*, de Martins PENA. Rio de Janeiro: MEC (Editorial Crítica Darcy Damasceno), 1965. Ou em *O Mulato*, de Aluizio AZEVEDO. Porto Alegre: L&PM, 1998. E ainda em *O Moço Loiro*, de Joaquim Manuel de MACEDO. São Paulo: Editora Ática, 1994.

o dos seus próprios meios de atuação e socialização. Ao contrário, criavam-se brechas de atuação para o empregado, através de suas reivindicações aos poderes públicos, e através do apoio da imprensa. Nas cartas enviadas aos membros do Conselho Municipal e à imprensa, os caixeiros assumiam um discurso que construía a sua imagem de trabalhadores honestos³. Assim, habilitavam-se para exigir a recíproca da relação. Ou seja, utilizavam-se do direito de “pedir” para, de fato, *exigir* providências contra patrões que insistiam em manter suas portas abertas aos domingos e nos feriados.

Operava-se, no entanto, uma mudança no perfil do movimento pelo fechamento das portas: os conflitos que anteriormente se davam no interior das casas e/ ou das lojas comerciais, entre o patrão e seu empregado, começaram a ganhar as ruas e situações individuais tomavam um aspecto reivindicativo e coletivo. Os caixeiros aspiravam ao fechamento das portas aos domingos e às oito horas da noite nos dias da semana e, para isso, foram às ruas para bater de porta em porta, coletar assinaturas ou assistir a comícios. Com esta campanha informal, muitos patrões foram cedendo e negociando, aliando-se ao costume de fechar suas portas às oito da noite e, posteriormente, também aos domingos. Os caixeiros passaram, então, a exigir o respaldo da lei - além do compromisso já adotado na prática por grande parte dos comerciantes com o horário do fechamento das portas.

Em 1880, a Câmara Municipal chegou a aprovar uma postura que determinava o fechamento das portas aos domingos e dias santos para várias categorias de empregados no comércio⁴. Mas ela foi revogada logo depois por força da pressão dos proprietários⁵. Estes não aceitavam a intervenção dos poderes públicos em seus negócios. Entretanto, os caixeiros procuravam

³ Ver os códices de “Fechamento das casas comerciais” ou “Fechamento das portas”, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Ver códices de “Câmara Municipal: posturas e editais”; “Câmara Municipal: Sessões”; “Posturas e Leis Municipais, DEC - Leis de 1896 a 1906”, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Códice 18-1-20: Câmara Municipal; Atas das Sessões de 04-01-1879 a 28-01-1880. AGCRJ.

cada vez mais extrapolar suas reivindicações do âmbito das relações patrão/empregado, dialogando também com o poder público.

Os anos de 1889 e 1890 constituíram outro momento vigoroso no movimento pelo fechamento das portas. Com o advento da república, os caixeiros se apropriaram dos símbolos e do discurso republicano de exaltação à pátria - para tornar mais convincente suas reivindicações. Clamavam, então, pelo fechamento das portas nos domingos e feriados da república, e não mais nos domingos e dias santos. Em 1890, o Novo Código de Posturas determinava o fechamento das casas comerciais aos domingos⁶. A partir daí, a correspondência para a Câmara tornou-se ainda mais freqüente: muitas categorias de empregados não haviam sido incluídas e pediam sua inclusão, além de que os proprietários reclamavam o cumprimento da lei. Os patrões também se utilizavam do discurso republicano de exaltação à pátria para protestar contra a pretensão dos caixeiros. Evocavam, sobretudo, o princípio da liberdade de comércio e insurgiam-se contra o que consideravam absurdo, que era a intervenção do Estado em negócios que, a seu ver, deveriam dizer respeito apenas a eles⁷. A grande imprensa, por sua vez, esforçava-se por propagar

⁶ AGCRJ.

⁷ “Os poderes públicos devem abster-se de intervir no assunto obrigando os negociantes a tomar a *fortiori* esta medida, o que seria sem dúvida um excesso de poder, uma invasão da liberdade de comércio que nada justificaria. Pode o governo intervir para que se torne obrigatória sob o peso de multa a observância de certos princípios higênicos insistentemente reclamados pela saúde do organismo, como por exemplo tomar banho, andar com roupas asseadas, etc? Evidentemente que não, porque não compete à autoridade do Estado intervir nesses assuntos de casos em que há lesão de direitos, que se prejudica a ordem e distribuindo penas ou usando de tranquilidade pública (sic). A função do Estado que não se dirige imediatamente a manter a ordem ou fazer (ilegível) a paz exercita-se de um modo todo indireto e quase paternal, como por exemplo, distribuindo socorros públicos, difundindo a instrução, mas nunca estabelecendo penas ou usando de coação.” Em AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro), Códice nº 43-3-43: Fechamento das casas comerciais (1890). Parecer da sociedade comercial dos varejistas de secos e molhados contra o fechamento das portas (8/11/1890).

a idéia de colaboração entre as classes, para chegar a um consenso que fosse satisfatório para ambas as partes⁸.

A partir daí, inúmeros foram os decretos, projetos de lei ou projetos de postura (conjunto de preceitos municipais), que procuravam regulamentar a questão do trabalho no comércio. Em 1906, algumas categorias de caixeiros resolveram partir para o confronto direto com os patrões. Primeiro foram os trabalhadores em lojas de calçados, depois os barbeiros e cabeleireiros, os caixeiros de armarinhos e os empregados em padarias que saíam às ruas para “convencer” os patrões a fecharem seus estabelecimentos às oito horas da noite nos dias da semana. Os caixeiros que trabalhavam em lojas nas quais este horário já havia sido adotado, através de acordos ou “concessões” dos proprietários das mesmas, percorriam as ruas da cidade, passando em uma por uma das lojas de seu ramo. Pediam então ao seu patrão que fechasse as portas do estabelecimento. Algumas vezes, porém, o patrão se recusava a ceder ao “pedido” dos caixeiros e então estava formada a confusão. As colunas policiais de dois grandes jornais cariocas de então, o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias*, descreviam longa e detalhadamente esses conflitos. A imprensa em geral apoiava o movimento dos caixeiros e procurava destituir do sentido reivindicatório e organizacional o seu comportamento político. Para que os caixeiros fossem dignos de concessões - tanto dos patrões quanto da Câmara Municipal - era necessário que eles fossem considerados “moços honestos” e “trabalhadores” e nunca “desordeiros” ou “vagabundos”. Criou-se, pois, um discurso que sempre transformava as ações dos caixeiros de forma a torná-las respeitáveis, enquanto os atos considerados indignos eram sempre atribuídos a outros indivíduos (tiros, arruaças ou pedradas durante as reivindicações). Isso porque as reivindicações eram tratadas como “pedidos” e a atuação do governo nessa área transformava-se em “concessões”. Essas “concessões” estavam ligadas a uma condição: o indivíduo só seria digno delas se ajustasse aos moldes de um “trabalhador laborioso”. Quanto a esta designação, por sua vez, não se tratava de uma expressão substantiva, mas, sim,

⁸ No caso da grande imprensa ver o *Correio da Manhã* e a *Gazeta de Notícias* mais do que o *Jornal do Commercio*.

adjetiva. O termo “trabalhador laborioso” se opunha a “vagabundo desordeiro”. Contudo, o indivíduo que detinha um trabalho ou ocupação, ainda assim poderia ser classificado como “vagabundo desordeiro”, dependendo da situação⁹. Os caixeiros, entretanto, caíram nas boas graças da imprensa como moços honestos e laboriosos, o que foi decisivo no rumo legalista que a campanha do fechamento tomou.

Em 1911, a situação dos empregados no comércio diferia muito daquela dos anos anteriores¹⁰. Os testemunhos de caixeiros, operários e até mesmo de patrões apontavam para uma descrença em relação à possibilidade de ascensão social no comércio: ou seja, muitos caixeiros perdiam a esperança de mudar sua condição social através do trabalho, e de um dia serem patrões.

Esta nova situação parece ter aberto espaço para um contato entre caixeiros e operários. A retórica em torno da queda do mito da mobilidade social no comércio foi amplamente divulgada na imprensa, tanto por operários como por caixeiros, e até mesmo por políticos que defendiam a causa dos caixeiros. Argumentava-se então que a situação dos caixeiros passara a equiparar-se à dos operários, sendo mesmo mais grave. Militantes operários, através da imprensa socialista ou anarquista, procuravam inserir-se na brecha deixada pela descrença na mobilidade social dos caixeiros a fim de tentar convencê-los a uma aproximação do movimento operário. Enquanto isso, os caixeiros, dialogando menos com o movimento operário do que seus integrantes gostariam, aproveitavam a situação para enfatizar e até mesmo dramatizar sua posição, tornando mais urgentes suas reivindicações. Enfim, a adoção deste discurso de

⁹ Fabiane POPINIGIS. *A Construção do Povo pelo “Correio da Manhã” no Rio de Janeiro (1906)*. Monografia de Bacharelado defendida no departamento de História da UNICAMP: 1995.

¹⁰ O jornalista Abner Mourão, de *O Paiz*, conduziu uma enquete sobre a questão do fechamento das portas que tinha como objetivo investigar e esclarecer a opinião pública a respeito. A enquete começou a ocupar várias colunas do jornal em 22 de junho de 1911 e assim permaneceu até meados de agosto, quando se passou a publicar apenas esporadicamente os assuntos referentes a esta questão. Abner Mourão estipulou o número de 80.000 caixeiros no Distrito Federal e este número foi adotado como parâmetro para os que se referiam a esta classe durante a polêmica em torno da aprovação da lei que regularia o horário de fechamento do comércio.

comparação da situação dos caixeiros com a dos operários tornou-se importante instrumento reivindicativo para os defensores do movimento de fechamento das portas.

Este foi um dos motivos da mudança política no comportamento dos caixeiros. Para os que ainda viam com esperanças a possibilidade de se constituírem patrões-os chamados “interessados” - o melhor caminho parecia continuar a prática da política cotidiana de cumprimento da sua parte no contrato de fidelidade/concessão. No entanto, para aqueles que trabalhavam em grandes magazines e lojas em que a possibilidade de conseguirem sociedade não era acessível, o caminho da luta política institucional poderia parecer plausível, visto que a “fidelidade” e a dedicação não lhes valeria mais nenhum degrau na hierarquia comercial.

A lei do fechamento das portas foi aprovada em meados de 1911 e entrou em vigor em janeiro de 1912, com direito a festas de comemoração, promovidas pelas instituições que procuravam arrecadar para si o mérito daquela realização.

Disputas Internas

“As associações que possuem são viveiros de políticos ambiciosos, formadas pelos mesmos exploradores; de empregados só têm o nome. Felizmente já se vão dando conta disso muitos deles como, por exemplo, os fundadores da Phênix caixeiral e os outros que deixaram de acreditar nas cantigas dos politicantes.”¹¹

A imprensa foi um dos principais meios de propaganda e disputa entre duas importantes sociedades caixeirais pelo mérito do fechamento das portas. A Associação dos Empregados no Comércio - AEC - e a União dos Empregados no Comércio - UEC - mantinham acirrada disputa em termos de credibilidade e apoio da imprensa e dos caixeiros em geral. A julgar pela enquete realizada por *O Paiz*, a Associação dos Empregados no Comércio não vinha cumprindo o seu papel de “protetora” dos caixeiros. Segundo os entrevistados, o “fausto” palaciano da associação teria afastado os mais humildes, que não se atreviam a estar entre os

¹¹ *A Guerra Social*, 16 de julho de 1911.

“casacas”. Muitos não confiavam na associação por ali se encontrarem também os patrões. Consoante um deles, “ao lado do patrão, só no balcão”. E, por isso, organizavam-se outras entidades de classe, das quais apenas caixeiros pudessem fazer parte, e nas quais não permaneceriam aqueles que se tornassem patrões. Os empregados afirmavam que o seu único usufruto da AEC era a frequência à biblioteca e à Assistência Médica.

Em 1911, cinco associações se uniram no intuito de redigir um projeto de lei que pudesse ser examinado pelos intendentes do Conselho Municipal. Este projeto teria como objetivo principal a regulamentação, por lei, do fechamento das portas de casas comerciais para várias categorias de trabalhadores no ramo do comércio. Tais categorias teriam seu horário de trabalho limitado a, no máximo, doze horas diárias. Além disso, não trabalhariam nos domingos e feriados; alguns teriam o dia inteiro livre, outros apenas parte dele. As associações que participaram deste grupo foram a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, a Associação Protetora dos Empregados no Comércio, a Associação Cristã dos Moços, a União dos Empregados no Comércio e, finalmente, uma associação patronal, a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados.

Esta última, instituição patronal, foi criada em 1881 e foi a mais incansável lutadora contra os fins da AEC no que se refere ao fechamento das portas - embora, trinta anos depois, estivesse ao lado das associações que pretendiam formular um projeto com este fim. No início de 1912, contava com 1.136 sócios¹².

A Associação Protetora dos Empregados no Comércio, organização beneficente para sócios “com ocupação definida em qualquer dos ramos do comércio”, foi fundada em novembro de 1902. Ao que parece, conquanto tenha participado do grupo que se reuniu para tratar do projeto do fechamento, esta associação não se envolveu nas polêmicas que se deram através da imprensa sobre a mesma questão. No final de 1912, ela contava com 1.545 sócios¹³.

¹² Prefeitura do Distrito Federal. *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, História e Estatística* (1922).

¹³ Idem.

A Associação Cristã de Moços foi fundada em julho de 1893 - por um grupo de membros da igreja Evangélica - com sede na rua da Quitanda. Seus objetivos:

“A ACM é instituição de ensino, de educação física e de assistência moral, tendo salas para conferências, ginásio, biblioteca e jogos inocentes. O seu principal empenho, segundo os estatutos, é reunir os moços de qualquer nacionalidade, raça ou confissão religiosa, a fim de instruí-los e formar-lhes o caráter, fazendo-os aptos para a luta leal na vida.”¹⁴

Em 1º de janeiro de 1912 existiam 801 sócios brasileiros e 300 sócios estrangeiros. Segundo Cláudio de Moraes Batalha¹⁵, os sindicatos católicos eram uma tendência extremamente minoritária e isolada. Considerando-se a possibilidade de incluir a ACM nessa tendência - ainda que não católica e sim evangélica - vemos que, conforme este Autor define, essas organizações jamais tomaram um caráter sindical, e não disputavam seus sócios entre os sindicatos de classe, posto que não se ocupavam da defesa de interesses profissionais¹⁶. De fato, uma tentativa de interferência desta organização em questões de classe, como a do fechamento das portas, parecia ir além de suas atribuições. Isso, somado ao fato de que, nesse período, a sociedade patronal já citada acima, a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, também participava dos trabalhos de confecção do projeto do fechamento de portas, depois de tanto lutar contra ele, o que indica que a questão, neste ponto, deixava de ser em prol da classe dos “empregados do comércio” propriamente ditos, para satisfazer os interesses da “classe comercial” em geral, o que incluía patrões e empregados. Para os patrões, aceitar uma legislação que regulava as horas de trabalho que já estavam, em geral, consensualmente aceitas, não era uma grande perda. Pelo contrário, isso garantiria que a lei impedisse o acréscimo de novas mudanças durante um certo período.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Claudio de Moraes BATALHA. *Le syndicalisme “amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I: 1986.

¹⁶ BATALHA. *Op.cit.*

A Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro era a mais antiga associação da classe comercial. De acordo com o perfil de cooperação de classes que se procurava alcançar, pelo menos no discurso, esta Associação foi criada em 1881 pelo negociante Victorino José de Carvalho e pelo caixeiro Antônio Mathias Pinto Júnior, tornando-se, portanto, uma organização inter-classista. Nos primórdios de sua criação, a principal preocupação da Associação dos Empregados do Comércio era o fechamento das portas, mas, com o passar do tempo, o que se destacou foi a beneficência. Já em 1883, ela contava com 2.053 sócios¹⁷ e, em 1912, a AEC tinha 13.748 membros¹⁸. Tornou-se entidade eficiente na assistência social e beneficência aos sócios necessitados, os caixeiros. Médicos e advogados que prestavam serviços de atendimento eram os próprios sócios da AEC. Não obstante, a ostentação da sede da AEC na então Avenida Central - hoje avenida Rio Branco - bem como sua política com relação ao fechamento das portas não passaram despercebidas. Pelo contrário, eram criticadas e pareciam provocar considerável desconfiança por parte dos caixeiros. Somado a isso, acrescenta-se que, em 1911, a diretoria da AEC era composta de patrões em sua grande maioria. Em suma, sua sede na Avenida Central era pomposa, seus sócios, muitas vezes, políticos ou pessoas influentes na sociedade. Era também, de longe, a que tinha maior número de sócios.

Entrevistado por Abner Mourão, um farmacêutico, sócio da AEC, é quem abre a polêmica que vai polarizar a discussão entre a AEC e a União dos Empregados do Comércio em torno da competência de ambas na luta pelo fechamento das portas:

“Olhe, há coisa de que eles se queixam com razão. Da Associação dos Empregados no Comércio, por exemplo, que é a associação mais antiga da classe, nada tem feito por eles. Eu, que dela também sou consócio (sic), vou além. A associação tem mesmo se afastado deles. Não falo da diretoria ser composta só de patrões, isso é secundário. Vejamos seus

¹⁷ Joaquim da Silva Mello GUIMARÃES. *Instituições de Previdência - apontamentos históricos e dados estatísticos*. Rio de Janeiro, 1883.

¹⁸ Prefeitura do Distrito Federal. *Op. cit.*

inconvenientes. Começa por intimidar o caixeiro com o fausto do seu palácio. [...] Os sócios têm dificuldade de penetrar no edifício social. Quando se realiza qualquer festa, nem o recibo do mês dá ingresso. Só entram os felizes que receberam convites! Depois, exigem-se para essas festas trajas de rigor, o que as coloca, de fato, fora do alcance da maioria dos sócios, pois é ridículo até pensar que quase todos os caixeiros devem ter uma bem talhada casaca. Creio que a associação só se preocupa com o sócio na ocasião de lhe apresentar o recibo...”¹⁹

Três dias depois desta entrevista, Joaquim Telles, o primeiro secretário da AEC, responde às críticas do negociante, justificando o fato de a diretoria, naquele momento, ser composta de patrões. Telles explicava que, um dia, eles haviam sido caixeiros e que, lutando pela causa e vencendo grandes obstáculos, tornaram-se patrões e mantiveram-se, portanto, na diretoria pelo “prestígio” de se consistirem em fundadores. Abordando ainda o problema das festas a rigor, lamentou o fato de que isso tivesse acontecido, segundo ele, uma única vez, havia onze anos: “Talvez fosse um erro, mas que vai longe, não se reproduziu.” Ele escreve ainda que as portas da sede eram bem largas, para que todos pudessem entrar livremente, que o corpo clínico era formado por nomes “respeitáveis” e que os laboratórios eram montados “à moderna, entregues a bons profissionais”²⁰. Afirmção esta última que não é senão reforçada por Antônio Junqueiro, membro da União dos Empregados do Comércio, para quem os únicos serviços que a Associação dos Empregados do Comércio estaria prestando à classe seriam os de fornecer uma boa assistência médica e o de possuir uma boa biblioteca. Por conseguinte, explica suas divergências “estruturais” em relação à AEC:

“Eu não sou sócio da Associação dos Empregados do Comércio pelo seguinte: existe lá grande número de patrões e eu sendo empregado não posso me associar aos que me

¹⁹ “As opiniões de um negociante”. *O Paiz*, 25 de junho de 1911.

²⁰ *O Paiz*, 28 de junho de 1911.

exploram e sacrificam. Portanto devo procurar uma associação unicamente composta de empregados, onde se possa trabalhar sem obstáculos para o fechamento das portas. Se a Associação dos Empregados do Comércio tivesse sido sempre só dos empregados, já há muito que nós teríamos a lei da regulamentação das horas de trabalho e seria hoje uma das primeiras associações do Brasil.”²¹

Observa-se, pois, que, para Junqueiro, o problema da Associação dos Empregados no Comércio consistia em aceitar patrões. Se não fosse por isso, segundo ele, o fechamento das portas já estaria legalizado.

Para outro defensor da União, Pedro Lostan, respondendo à carta de Joaquim Telles referida acima, na qual este último se defendia das afirmações do farmacêutico, a Associação dos Empregados do Comércio assemelhava-se a “um imenso castelo sem guarnição”, do qual Telles seria o único combatente, “de espada em punho, (que é a pena do secretário)”²². O mesmo Pedro Lostan escreve, em outra carta, que “andorinha só não faz verão”, referindo-se a Telles, e criticando a pompa e o descaso daquela Associação para com os caixeiros:

“A situação era outra em tempos que já lá se vão, quando a associação da rua do Rosário, hoje em pleno século XX, em plena Avenida, não tinha evoluído do paletó à casaca.”²³

Outra entidade, a União dos Empregados do Comércio, comemorava três anos de sua criação em julho de 1911²⁴. Seu presidente - M. Carneiro, empregado da Casa Colombo - afirmou,

²¹ *O Paiz*, 09 de julho de 1911.

²² *O Paiz*, 09 de julho de 1911.

²³ *O Paiz*, 05 de julho de 1911.

²⁴ “A União dos Empregados no Comércio convida seus associados a comparecerem, sábado, às 8 ½ da noite, 1ª sua sede, a fim de assistirem a sessão solene, comemorativa do 3º aniversário da sua fundação.” *O Paiz*, 28 de julho de 1911.

em entrevista a Abner Mourão, que a UEC teria “perto de três mil sócios...”²⁵. Na mesma ocasião explicou a natureza da entidade:

*“Como sabe, a União foi constituída só para resolver o problema da regulamentação das horas de trabalho, sem beneficência, sem aparato, sem outros fins.”*²⁶

Na União, como na AEC, organizavam-se palestras e debates, com republicanos ilustres, políticos, juristas e advogados.

Em 27 de junho, o jornal *O Paiz* avisava que, na semana seguinte, realizar-se-ia uma reunião de empregadas no comércio, na sede da União dos Empregados no Comércio, e cogitava-se a fundação de “uma associação exclusivamente feminina”²⁷. Quatro mulheres seriam responsáveis pelos convites que seriam enviados às “companheiras de classe”²⁸. Todavia, *O Paiz* não publicou nenhum outro acontecimento subsequente a este, fosse convidando à reunião, ou ainda o resultado dela. Mas a União,

²⁵ Numa representação enviada ao Conselho Municipal, no entanto, considerou-se que a União dos Empregados no Comércio tivesse “mais de mil associados” em “A União dos Empregados no Comércio e o projeto Leite Ribeiro”; *O Paiz*, 01 de julho de 1911. Claudio Batalha analisa os fatores que poderiam ser causa da diferença encontrada entre os números publicados pela prefeitura (“Assistência Pública e Privada”, *Op. cit.*) e os números divulgados pelas diretorias dos sindicatos. Segundo ele, é muito possível que a prefeitura tenha utilizado os números daqueles que estavam em dia com suas quotas, enquanto os sindicatos usavam, por vezes, o número de inscritos. (BATALHA. *Op. cit.*) É provável, portanto, que isso tenha acontecido no caso acima: o próprio sindicato usou dois números diferentes em duas ocasiões, mas nenhum deles foi bastante preciso.

²⁶ *O Paiz*, 01 de julho de 1911.

²⁷ *O Paiz*, 27 de Junho de 1911.

²⁸ Abner Mourão exemplificara a situação das mulheres empregadas no comércio nas colunas de *O Paiz* alguns dias antes. Ele contou a história de uma moça, que deveria entregar uma encomenda numa “pensão”. Aí estava o próprio autor, com uma “coquette”, vestindo-se para sair, quando chegou a moça, que teria desmaiado em seus braços e depois lhe contou sua história: “Ainda não tinha dezoito anos e como lhe morresse o pai, a

como a AEC, não aceitava mulheres entre seus associados, o que não configurava uma situação isolada²⁹. Segundo Claudio M. Batalha, a quase ausência feminina dos quadros dos sindicatos, em geral, era fruto de uma situação em que as mulheres

necessidade forçara-a a procurar um meio de ganhar a vida. Empregou-se em uma das mais procuradas casas de artigos para homens e senhoras nesta capital. Mal rompia a manhã, ei-la já a caminho, enquanto a mãe lá ficava em casa, num subúrbio remoto, a lavar. E começava sua odisséia. Se um atraso do trem só lhe permitia chegar cinco minutos depois das sete horas - a hora regulamentar - tiravam à sua orfandade e à sua miséria dez tostões para ter ponto e trabalhar. E pagavam-lhe a irrisória quantia de cinquenta mil réis por mês, sem comida já se vê. E sob esse regimen viviam nessa casa, aliás, uma das mais liberais do Rio, mais trinta e tantas empregadas. As mais antigas e felizes chegaram a ganhar cento e vinte mil réis por mês. É verdade que lhes davam uma comissão sobre o que vendiam: um e meio por cento, o que lhes proporcionava sobre o ordenado um acréscimo irrisório. Assim, com uma média de cem mil réis por mês essas moças eram obrigadas a trabalhar das sete da manhã até hora indeterminada da noite, a almoçar depressa e por conta própria, voltando para jantar em casa, e ainda a se vestirem bem, com decência e gosto, pois o patrão não cessava de repetir: - As minhas empregadas precisam ser 'coquettes'! E a rapariga explicava-me: - Nós fechamos às sete, mas freqüentemente, por imposição do gerente, ficamos até nove e dez horas, para arrumação. Por essas horas que semanalmente trabalhamos a mais, não poderiam fechar os olhos sobre os minutos de atraso pela manhã e relevar a multa de dez tostões, principalmente quando esse atraso não fosse habitual? E disse-me a causa do seu desmaio. De manhã fora mandada a Botafogo. Voltara à hora do almoço, sem ter conseguido servir a freguesa, e o gerente dissera-lhe: - É preciso voltar lá, e como a freguesa tem pressa, isso é preciso ser logo. A senhora almoçará depois, Ah! Na volta há umas amostras para levar a uma pensão no Catete. A chefe da sua seção lhe explicará. Ela se sujeitava a tudo, mas, quando lhe deram o 'adresse' de uma 'cocotte' numa pensão conhecidíssima, pediu, chorando que não a mandassem ali. Mas o gerente, como sempre, fora inflexível. E naquele bordel a revolta do seu pudor a fizera perder os sentidos. A revolta do seu pudor e a revolta do estômago...porque àquela hora ainda não almoçara... - Ah! Senhor! No comércio as mulheres são bem mais infelizes do que os homens." *O Paiz*, 26 de junho de 1911.

²⁹ A Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro tinha, em 1912, 13.748 membros, dos quais 6.380 eram brasileiros, 6.859 eram estrangeiros e 509 não tinham nacionalidade declarada. A União tinha 1.160 aderentes, todos homens. In: Prefeitura do Distrito Federal, *Op. cit.*

sindicalizadas eram mal vistas, consideradas “quase como prostitutas”, pois aquele não seria o seu lugar nem o seu papel. Foi o que teria afirmado um operário, segundo o qual, juntamente com o maquinismo, o trabalho feminino seria responsável pela desorganização dos sindicatos³⁰.

A Phênix Caixeiral, a então mais nova associação da classe, criada no primeiro semestre de 1911, tinha sua sede situada à Rua Uruguaiana, n.137. Segundo um associado, a ela “se agregaram imediatamente centenas e centenas de associados”³¹. Este mesmo caixeiro faz referências aos feitos da Phênix até então, que, além de combater intensamente na campanha pelo fechamento das portas, teria criado programas recreativos, (por exemplo, excursões a lugares “pitorescos” como Petrópolis) e fundado uma escola para “o preparo intelectual dos seus associados”, e “muitas outras coisas para o seu desenvolvimento físico”. Programava-se também, segundo o autor da carta, a criação de uma Caixa de Proteção “para quem a sorte não for pródiga”³². Inaugurava-se, em setembro, o que foi chamado pelo jornal *A Guerra Social* de o seu “pavilhão de lutas”. Para o redator de notícia do periódico anarquista, a Phênix, com quatro meses de vida em setembro de 1911, “representa verdadeiramente as aspirações dos que trabalham nesta explorada classe que tantos lucros produz aos grandes parasitas”³³. Sabemos, pelo jornal *A Vanguarda*, que o “pavilhão de lutas” era o “pavilhão social” da associação, onde se organizariam encontros e reuniões:

*“Esta associação de empregados no comércio, que tão bela campanha tem feito pelo fechamento das portas, inaugurou domingo o seu novo pavilhão social, o que deu ensejo a uma fecunda reunião.”*³⁴

³⁰ BATALHA. *Op. cit.* p.123.

³¹ *O Paiz*, 27 de junho de 1911.

³² *Idem.*

³³ *A Guerra Social*, 03 de setembro de 1911.

³⁴ *A Vanguarda*, 19 de agosto de 1911.

Por ter sido criada havia pouco tempo, a Phênix não se envolveu nas intensas batalhas travadas entre a União e a AEC através da imprensa. Nem mesmo chegou a participar do grupo formado pelas associações para redigir o esboço do projeto do fechamento das portas e de uma representação ao Conselho Municipal. Segundo Joaquim Telles, secretário da AEC, a colaboração da Phênix - oferecida por uma comissão de "delicados moços" - no processo de elaboração do projeto a ser apresentado ao Conselho Municipal, não foi aceita. Isso - justificou Telles - unicamente porque feita tarde demais, ou seja, quando o dito projeto já havia sido entregue ao Conselho³⁵. Foi durante as negociações que envolviam, entre outras, essas duas entidades (a UEC e a AEC) que os desentendimentos tiveram início. Discutia-se, a princípio, qual o papel que a Associação dos Empregados do Comércio exercia ou exercera na campanha do fechamento das portas. Depois, quando o Conselho aprovara o projeto, a discussão girava em torno da disputa dos méritos pela vitória da causa.

Pedro Lostan, embora afirmasse não pertencer à União dos Empregados no Comércio, escreveu a *O Paiz* para defendê-la dos ataques da AEC. Lostan afirmava que a União havia enviado ao Conselho Municipal, uma mensagem "acompanhada de um 'memorandum' nomenclata", para relacionar as aspirações da classe dos empregados no comércio. Isso oito dias antes de a AEC ter enviado seu próprio esboço para o projeto³⁶. Em carta publicada em *O Paiz*, no dia 05 de julho de 1911, Manoel Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio, explicou o porquê da saída da União da negociação com a AEC e demais associações. Teria sido rejeitada, pela AEC, a proposta da União, que propunha modificação na contagem de votos para o acordo do grupo. A comissão da União queria que a contagem de votos se fizesse por sociedades representadas, e não por representantes. Isso porque, segundo afirmou em entrevista a Abner Mourão, ficara decidido que a AEC seria representada por dez membros,

³⁵ "O fechamento das portas". Associação dos Empregados do Comércio (Esta publicação se encontra no acervo da Biblioteca Nacional.)

³⁶ *O Paiz*, 28 de junho de 1911.

enquanto as outras teriam dois representantes cada uma. Isto significaria, portanto, a supremacia de qualquer proposta da AEC em votação, já que juntos, os votos das demais associações somariam oito, contra dez da AEC³⁷. Entretanto, em 28 de junho, Marcondes da Luz, membro da diretoria da AEC, considerando o presidente da União “desinformado”, procurou pô-lo a par da “verdade dos fatos”:

“O sr. Carneiro, infelizmente, não fez parte da comissão da União, e, pouco orientado do que se passou, não pode informar a V. dentro da inteira verdade dos fatos.

Por generoso assentimento dos colegas, fui honrado com a presidência das comissões reunidas. Assim, julgo-me na obrigação de estabelecer a verdade dos acontecimentos, que pode ser comprovada com as atas existentes.”³⁸

A partir desta declaração de Marcondes da Luz, membro da AEC, tivemos acesso à “verdade dos fatos”. Segundo ele, um projeto da AEC deveria servir de base para as discussões do grupo. A União, entretanto, apresentou um projeto seu como subsídio. Depois disso, um representante da própria União teria argumentado que a AEC, por ser a única que agremiava indistintamente as duas partes interessadas - caixeiros e patrões - deveria estabelecer os termos definitivos do projeto. Indicação esta que teria sido aprovada “sem discussão, unanimemente”, estando presentes seis membros da AEC e doze das outras. Teria ainda um membro da comissão da União, Augusto Setúbal, em reunião de 1º. de maio, apresentado algumas preliminares, afirmando que, sem a aprovação das mesmas, não poderia a comissão da qual fazia parte continuar a colaborar nos trabalhos do grupo. Marcondes da Luz não esclarece quais seriam essas preliminares, que teriam sido, no entanto, rejeitadas em votação, com a alegação de que seu autor não permitira nenhuma

³⁷ “O que pensa do projeto do Sr. Leite Ribeiro o sr. M. Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio”. *O Paiz*, 27 de junho de 1911.

³⁸ “Na Associação dos Empregados no Comércio - A sua diretoria e o projeto Leite Ribeiro”. *O Paiz*, 28 de junho de 1911.

modificação no sentido de tê-las tornado aceitáveis. O secretário da AEC, Joaquim Telles, confirma a versão de Luz, novamente sem revelar exatamente quais teriam sido as imposições da União:

“Não é contrário, em princípio, ao que estabelece a preliminar; por alguns desses princípios se bateu mesmo o seio da Comissão de que faz parte. Com o caráter radical, porém, em que se acha redigido, e à guisa de ultimatum, como quem quer vencer mesmo contra a opinião da maioria, não se pode aceitar.”³⁹

Não fica claro, porém, do que tratava aquilo que foi definido por Telles como um “radicalismo” da parte da União, além da reivindicação de que os votos fossem contados por sociedade representada e não por representantes.

Faziam-se mais acusações à AEC na esteira dessa discussão. Uma carta enviada à redação de *O Paiz*, acusou a AEC não apenas de nunca se haver dirigido aos poderes públicos para solicitar o fechamento das portas, como, ao contrário, de ter combatido essa proposta. O autor se referia, neste caso, ao projeto de Tertulliano Coelho, o qual teria sido taxado, no relatório de 1905-6 da associação, de ‘regulamentação ignominiosa’: uma lei que regulasse o fechamento das portas teria sido chamada de “desnecessária”. O autor da carta assina Amaury e foi criticado por Telles pelo seu anonimato, ao que “Amaury” deu elucidativa resposta em outra missiva:

“É quando, aparentando uma ingenuidade que não possui e que estaria mesmo em desacordo com a sua idade, censura-me por me haver (sic) servido (muito legitimamente, aliás) de um pseudônimo. Esqueceu-se, por ventura, do meio em que vive o empregado do comércio? (...)”

Não, meu caro senhor: tão ingênuo não sou eu. Preciso ainda do meu emprego e, infelizmente, não posso ainda dizer-me empregado do comércio, mas ser sócio de importante estabelecimento desta praça...”⁴⁰

³⁹ “O fechamento das portas”. *Op. cit.*

⁴⁰ *O Paiz*, 23 de julho de 1911.

De fato, explicando o porquê da utilização de um pseudônimo, afirma-se “sócio” de uma casa de comércio e que, por isso, não pode se expôr. Além disso considera-se infeliz por não ser empregado naquele momento, talvez em referência provocativa ao fato de que as outras associações não aceitavam patrões. Ele repete as críticas à AEC:

“O que o sr. Secretário não disse, porque, naturalmente, não lhe convinha dizer, é que a associação não tem podido estar ao lado do ‘caixeiro’, porque tem vivido sempre na dependência dos ‘patrões’. Presa irresistível do fausto e da ostentação, tem sido forçada a lançar empréstimos (não deve andar longe de mil contos, o que ela deve, presentemente), e como poder, portanto, propugnar por uma medida que seria, naturalmente, desagradável aos capitalistas a que ela tem recorrido por mais de uma vez?”⁴¹

Aqui novamente o motivo da desconfiança dos caixeiros - muito embora este já se afirmasse sócio - em relação à AEC: sua convivência com os patrões. Neste caso, o “fausto e a ostentação” direcionam a um problema ainda mais grave: teria sido esse, segundo o autor da carta, um dos motivos que provocara a dependência da associação aos “capitalistas” a quem ela precisara recorrer, o que a impedia de estar ao lado dos caixeiros.

Joaquim Telles, por sua vez, procurou convencer seus leitores, consócios e inimigos, com uma publicação⁴² que trazia suas cartas em resposta às de João Monteiro (aliás, membro da própria AEC), a quem ele afirmou reconhecer nas linhas daquele anônimo citado acima como “Amaury”. Além disso, tinha longas argumentações sobre os feitos da AEC em relação ao fechamento das portas, incluindo todas as “correções” e emendas encaminhadas ao projeto sugerido ao Conselho Municipal.

Segundo Telles - em resposta às acusações feitas à AEC - nos últimos anos, a associação havia se voltado para a resolução

⁴¹ O Paiz, 06 de julho de 1911.

⁴² “O fechamento das portas”. *Op. cit.*

de problemas internos. Ele acrescenta, ainda, que não era aquele o período de agitações “desnecessárias”, porque a questão do fechamento já estaria então resolvida, faltando apenas regulamentá-la por lei:

“De resto, não estava mais no período de agitações desnecessárias e até inconvenientes, quer pela imprensa ou em comícios, nem à posição da Associação eram permitidos tais meios para a resolver.

De fato, agitar essa questão por esses meios para quê? Estava ela, por assim dizer, resolvida, restando apenas e para uma completa satisfação regulamentá-la por lei.”⁴³

A AEC, portanto, condenava os comícios e as manifestações públicas. Esperava-se apenas o momento certo, que teria sido o ano de 1911. Chegado o momento, a AEC nomeou uma comissão para tratar do assunto. Esta comissão começou seus trabalhos em 22 de março, convidando as sociedades já citadas para tomarem parte deles. Desses trabalhos retirou-se a União, por motivos que, embora ainda um pouco nebulosos, já procuramos desvendar, linhas acima, acompanhando a polêmica sustentada pelas duas partes nas páginas de *O Paiz*. Telles, neste folheto, repete a descrição dos acontecimentos do ponto de vista da AEC, desta vez mais minuciosamente.

A União, após sua saída do grupo, elaborou seu próprio projeto, enviando-o ao Conselho Municipal. Telles escreve, com ironia, que o projeto da União ficaria para sempre guardado nas pastas do arquivo do Conselho, já que a União não tinha quem os “patrocinasse”, ou ao seu projeto. Segundo ele, a AEC, sim, pois quatro de seus associados eram intendentess do Conselho Municipal. Dois deles, Coronel Leite Ribeiro e Silva Brandão, foram exatamente os autores do projeto analisado pelo Conselho, ao qual se seguiram dois substitutivos até a sua aprovação. Mas a base desses projetos teria sido, como afirma Telles, o projeto elaborado pela AEC e suas “co-irmãs”:

⁴³ “O fechamento das portas”. *Op. cit.*

“Por igual deixamos bem demonstrado que o nosso projeto e das associações que conosco colaboraram, teve para patrociná-lo, além do nosso prestígio, que, sem dúvida, deve ser um pouquinho maior do que o da União, perdoem-nos a imodéstia, o patrocínio dos nossos consócios, um deles nosso diretor, srs. Intendentes Brandão e Leite Ribeiro. Tendo chegado até segunda discussão, o projeto Brandão- Leite Ribeiro produziu duas correntes de opinião, dando motivo ao substitutivo do dr. Osório de Almeida.”⁴⁴

A ironia de Telles procura diminuir a capacidade política da União em detrimento daquela da AEC que tinha, naquele meio, o “patrocínio” de alguns intendentes que eram também sócios da mesma. A divisão de opiniões a que se referiu o secretário deu-se em função da determinação de um horário para o fechamento das portas. Alguns pugnavam pela regulamentação das horas de trabalho e outros pela regulamentação da hora de abrir e fechar os estabelecimentos. Em função disso, fora elaborado o substitutivo que, por sua vez, também não foi satisfatório.

Segundo Telles, o substitutivo de Osório de Almeida foi confiado a ele e ao companheiro de associação, Marcondes da Luz, que fizeram emendas, tendo algumas sido aceitas e outras, não. Por isso, ele requisitava os louros desta vitória da classe, malgrado reafirmasse que aquele não era o momento de fazer alarde destas conquistas da AEC, nem pela imprensa, nem por meio de ‘meetings’, porque havia passado o período de propaganda nas ruas do fechamento das portas. Lamenta ironicamente, mais uma vez, que a União não pudesse ter participado da partilha dos louros da vitória, apenas “porque não quis”. E questiona o fato de que “a União pudesse levar-nos de vencida, obtendo a vitória nesta causa?” Mas, num momento de “modéstia”, Joaquim Telles atribuiu a vitória da causa à “classe” como um todo:

⁴⁴ “O fechamento das portas”, *Op. cit.*

“A vitória, portanto, não é deste ou daquele grupo, mas sim da nossa classe comercial, desde o obscuro caixeiro até o maior banqueiro.”⁴⁵

E FEZ-SE A LEI:

Em 24 de junho de 1911, *O Paiz* publicou o projeto do intendente Leite Ribeiro, que havia sido apresentado ao Conselho Municipal no dia anterior. Segundo este projeto, nenhum empregado em casas comerciais poderia trabalhar mais de doze horas por dia e mais de seis dias por semana. Essas doze horas deveriam incluir uma hora para o almoço e uma hora para o jantar. O comerciante poderia abrir seu estabelecimento à hora que desejasse, contanto que o fechamento do mesmo não passasse das sete horas da noite. Havia diversas exceções para essas regulamentações. Entre as casas que poderiam ficar abertas até as oito da noite nos dias da semana, encontravam-se as padarias, as casas de secos e molhados e as tavernas. Até as dez horas da noite, os barbeiros e cabeleireiros, entre outros. Os botequins, bares, cervejarias e casas de chopp poderiam ficar abertas até uma hora da madrugada mediante licença especial, e as casas de pasto (restaurantes) até às dez horas. Segundo o artigo 11º da citada lei, os negócios que tivessem funcionamento normal excedente a seis dias semanais e doze horas por dia deveriam revezar as turmas de empregados, de modo que os mesmos não trabalhassem mais de doze horas por dia. Aos domingos, os barbeiros e cabeleireiros e os armazéns de secos e molhados, entre outros, poderiam funcionar até o meio-dia. Nos feriados, tanto de festa nacional como de dias santos, o fechamento das portas antes da hora legal dependeria do comerciante, ou seja, a lei não regulamentaria os feriados. Esta lei entraria em execução em 1º de janeiro de 1912.

O Paiz, após publicar o projeto Leite Ribeiro, ofereceu suas páginas aos que quisessem opinar sobre o assunto. O primeiro obstáculo que a almejada aprovação do projeto enfrentou foi a discussão jurídica sobre a questão da competência do Conselho

⁴⁵ Idem.

Municipal para julgá-lo. Vários juristas e advogados se pronunciaram sobre a questão. Segundo Claudio Batalha, os sindicatos eram “viveiros eleitorais para advogados de defesa jurídica que expressavam sua adesão às idéias de reforma social. Ele cita, entre eles, Evaristo de Moraes e Nicanor do Nascimento, que, após terem se lançado como advogados sindicais, teriam seguido carreiras políticas⁴⁶. Ambos se envolveram na discussão do projeto de regulamentação das horas de trabalho no comércio, através da imprensa e em conferências.

Alguns oradores, entre eles o conhecido advogado trabalhista Evaristo de Moraes, procuravam estender a questão em âmbito nacional, afirmando que ela deveria ser legislada pelo Congresso Nacional⁴⁷. Isso implicaria aprofundar-se mais nas questões trabalhistas de maneira geral, ao invés de abordar especificamente o problema dos caixeiros cariocas. Finalmente, decidiu-se pela competência do Conselho Municipal para votar o projeto, que foi aprovado em meados do segundo semestre de 1911. O Conselho Municipal decidiu, por fim, julgar o substitutivo do projeto Leite Ribeiro, que regulava não só o horário de fechamento das portas das casas comerciais como também limitava as horas de trabalho dos caixeiros cariocas⁴⁸. O referido substitutivo limitava as horas de trabalho dos empregados no comércio em doze horas diárias e seis dias por semana, além de estipular, para cada categoria, o horário de fechamento das casas comerciais. Tudo isso em âmbito municipal.

Além da publicação de conferências e entrevistas com políticos e advogados, promovidas por *O Paiz* sobre a questão da competência, ou não, do Conselho Municipal para legislar sobre as reivindicações caixeirais, o jornal ofereceu suas colunas para a discussão do próprio projeto Leite Ribeiro. Começou por

⁴⁶ BATALHA. *Op. cit.*, p. 105.

⁴⁷ Evaristo de MORAES: “O trabalho no comércio e a intervenção municipal”. *Correio da Manhã*, 02 de julho de 1911.

⁴⁸ Mesmo assim *O Paiz*, publicou, no dia 19 de julho de 1911, alguns dos “inúmeros telegramas” enviados ao deputado Nicanor do Nascimento, agradecendo pela apresentação à Câmara dos Deputados do projeto por ele elaborado.

entrevistar Manoel Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio e Joaquim Telles, secretário da Associação dos Empregados no Comércio.

Embora Carneiro tenha utilizado a maior parte do espaço desta entrevista para atacar a Associação dos Empregados no Comércio e explicitar suas posições em relação a ela, ele respondeu de maneira direta no momento de referir-se à questão proposta:

“Eu penso que o projeto é bom, muito bom mesmo, satisfazendo as mais legítimas aspirações da classe. Basta dizer que ele pouco difere do que a União fez com o máximo cuidado, elaborado por uma comissão de consócios, e remeteu, acompanhado de uma representação ao Conselho Municipal.”⁴⁹

O argumento de que o projeto teria ficado muito parecido com a sugestão enviada ao Conselho Municipal pela União dos Empregados no Comércio era o mesmo utilizado pela Associação dos Empregados no Comércio. Embora Carneiro tenha considerado o projeto “vis-à-vis” às aspirações caixeirais, a União enviou uma representação ao Conselho, requisitando modificações sobre os seguintes pontos:

“1º. Sobre o funcionamento dos seguintes estabelecimentos:

- a) bancos e agências bancárias;*
- b) casas de penhores;*
- c) barbeiros e cabeleireiros;*
- d) coroas fúnebres.*

2º. Sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais nos feriados da república.”⁵⁰

Os bancos e casas bancárias já teriam adotado como praxe encerrarem suas atividades a uma hora da tarde aos sábados. O

⁴⁹ “O que pensa do projeto do Sr. Leite Ribeiro o Sr. M. Carneiro, presidente da União dos Empregados no Comércio”. *O Paiz*, 27 de junho de 1911.

⁵⁰ “A União dos Empregados no Comércio e o projeto Leite Ribeiro”. *O Paiz*, 01 de julho de 1911.

Conselho deveria então limitar-se a sancionar, por lei, “as praxes que os interessados adotaram como necessárias e suficientes”⁵¹. As casas de penhores, por sua vez, já não funcionavam aos domingos, e nem após as oito horas da noite nos dias de semana. A maioria, porém, já fechava por volta das seis. Neste caso, a representação da União é no sentido de reivindicar que o Conselho estabelecesse o horário de funcionamento das casas de penhores entre sete horas da manhã e sete horas da noite e o fechamento aos domingos.

Segundo o mesmo documento, as casas de barbeiros e cabeleiros, “em virtude da lei”⁵², não podiam então funcionar aos domingos e eram obrigadas a fechar às dez horas da noite nos dias úteis. Mas, na prática, muitas fechavam às oito horas da noite. Queriam, portanto, que essas vantagens não fossem abolidas pelo novo projeto, segundo o qual teriam que trabalhar aos domingos e até às dez horas da noite.

No caso das lojas de coroas fúnebres, fechavam-se-lhe as portas, então, às dez horas da noite, fosse domingo ou dia útil. Os empregados dessas lojas não queriam permanecer neste regime - do qual reclamavam - e que o projeto oficializava. Sugeriu-se ao Conselho que determinasse o fechamento dessas casas ao meio-dia nos domingos e, nos dias úteis, às sete horas da noite.

Afinal, a representação enviada ao Conselho pela União dos Empregados no Comércio reivindicava que a legislação regulasse também as folgas nos dias santos ou de festa nacional ou municipal. O projeto apresentado deixava esses dias em aberto, para que o comerciante decidisse se ia ou não fechar a loja e dispensar os caixeiros. Segundo a União, isso representava uma “grave lacuna na legislação municipal”⁵³.

Joaquim Telles, secretário da Associação dos Empregados do Comércio conforme se viu, explicava a *O Paiz*, em 28 de junho, que o projeto melhorava a situação de alguns, mas piorava a de outros, porque tinha cláusulas que permitiam a abertura de algumas casas que já haviam instituído seu fechamento

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

anteriormente. Ele cita, como exemplo, os barbeiros e as casas bancárias, afirmando que a AEC, conjuntamente com as sociedades “congêneres”, elucidaria estes pontos e endereçaria ao Conselho Municipal as modificações que fossem consideradas necessárias⁵⁴.

A AEC teria enviado, então, ao Conselho Municipal, uma representação sugerindo modificações para o projeto que já tinha sido transformado por dois substitutivos. O projeto estipulava que as casas comerciais abrissem às sete horas da manhã e fechassem às sete horas da noite. Segundo as reivindicações da AEC, algumas exceções deveriam ser revogadas: as casas de penhores, os joalheiros, os ourives, pianos e confecções deveriam ficar compreendidos na regra geral, porque já fechavam antes das sete costumeiramente.

Os armazéns de secos e molhados a varejo e as tavernas deveriam funcionar, com duas turmas, das sete horas da manhã às oito horas da noite. As confeitarias deveriam ser fechadas às dez horas da noite, funcionando também com duas turmas, como o projeto previa. As drogarias e farmácias poderiam ter suas portas abertas das oito da manhã às oito da noite, de acordo com pedidos de caixeiros feitos à comissão da AEC nesse sentido. As farmácias, segundo o texto da AEC, deveriam, por lei, abrir a qualquer hora da noite para atender ao público; por isso não precisariam deixar as portas abertas depois das oito horas da noite. Às casas de barbeiros e cabeleireiros deveriam funcionar até o meio-dia nos feriados. Este documento (representação da AEC ao Conselho Municipal) foi enviado no dia 19 de dezembro de 1911⁵⁵.

O ALCANCE DA LEGALIDADE

As táticas dos caixeiros, bem como seu discurso, permaneceram quase totalmente dentro da legalidade, fazendo com que não perdessem o apoio da imprensa e de muitas celebridades públicas. Embora seus sindicatos e instituições de

⁵⁴ “E o que pensa a diretoria da AEC sobre o projeto Leite Ribeiro?”. *O Paiz*, 28 de junho de 1911.

⁵⁵ “Fechamento das portas”. *Op. cit.*

classe se tornassem cada vez mais fechados e reivindicativos, o discurso, na maior parte dos casos, continuava a ser de colaboração.

Segundo Batalha, a maioria das associações do Rio de Janeiro começou com funções de auxílio mútuo e algumas se transformaram em sociedades de resistência. Um exemplo disso teria sido o Centro Cosmopolita, organização dos empregados de cafés, restaurantes, bares e hotéis⁵⁶. Os empregados dessa categoria eram, na maioria, imigrantes portugueses e espanhóis⁵⁷. Este sindicato ganhara a fama de apresentar-se como um dos mais combativos entre a classe comercial e, no entanto, em 1912, os empregados de hotéis, assim como os de padarias, ainda lutavam pelas doze horas de trabalho. Em 1917, o Centro Cosmopolita recomeçava sua luta pelas doze horas de trabalho, agora bem próximo do sindicalismo de ação direta⁵⁸.

Batalha definiu o chamado “sindicalismo amarelo” como aquele que buscava legitimidade dentro do sistema, procurando fazer-se aceitável pela sociedade civil e pelas autoridades. Era comum, por exemplo, que ele utilizasse a ajuda de intermediários para resolver seus conflitos sociais, como advogados, políticos, ou representantes do poder. Outra característica seria a tentativa de transformar em lei suas reivindicações profissionais e, ainda, a utilização da greve apenas como último recurso. Como vimos atrás, tais características “legalistas” eram criticadas pelos militantes socialistas, bem como a utilização de intermediários em suas causas, já que o proletariado deveria libertar-se por si mesmo. Além disso, a utilização da greve apenas como último recurso estava em direta oposição às táticas anarquistas⁵⁹. Desta forma, a ação dos sindicatos “amarelos” visava unicamente à satisfação de suas reivindicações imediatas, e não à formulação de um projeto político ou econômico para o conjunto da sociedade. Parece que as tentativas de socialistas e anarquistas - escrevendo cartas e artigos, tanto elogiando o nível em que se

⁵⁶ *Op. cit.*, p. 85.

⁵⁷ *Idem.* p. 116.

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.* p. 173.

encontrava o movimento dos empregados no comércio, quanto reclamando uma ação mais imediata e, por que não dizer, revolucionária - não encontraram resposta satisfatória na ação caixeiral daquele momento. Os caixeiros reivindicavam os mesmos direitos dos operários, em relação aos quais se afirmavam prejudicados. Testemunhos de patrões, oradores e de alguns autores de cartas que se intitulavam operários reafirmavam, como vimos, a imagem de inferioridade dos caixeiros em relação aos operários no que se refere às conquistas sociais de uns e de outros até ali. O próprio Evaristo de Moraes manifestou-se a este respeito:

“Continuamos a pensar que a situação da maioria deles é inoportável, ficando a perder de vista do que desfrutam outras classes proletárias.”⁶⁰

A adoção desse discurso serviu à imprensa, aos caixeiros, suas associações e seus “defensores”, como reforço das reivindicações legalistas dos empregados no comércio do Rio de Janeiro.

No entanto, vimos que o movimento dos empregados no comércio também teve uma fase de agitação. No ano de 1906 eles saíram às ruas para “convencer” os patrões, um a um, a fecharem suas portas às oito horas da noite. A imprensa foi desde sempre elemento de importância fundamental nas reivindicações caixeirais, quase sempre as apoiando, muitas vezes unanimemente. Os jornais transformavam o caixeiro no trabalhador ideal, através da construção de uma imagem que justificava, ou legitimava os seus “pedidos”. O caixeiro seria o elo mais fraco da relação patrão-empregado: ele cumpria suas “obrigações” com o patrão - era “fiel”, “honesto”, “trabalhador”, “asceta” - e, por isso, merecia a recíproca. Que lhe “concedessem”, então, o fechamento das portas. Suas aspirações eram “justas” e seus atos comedidos e “ordeiros”. Mesmo quando os empregados no comércio reuniram-se, em março de 1911, no Largo de São Francisco para realizar um “meeting” em prol da redução das horas de trabalho, Abner Mourão escreveu, em *O Paiz* que a reunião teria se dissolvido “na melhor ordem, depois de

⁶⁰ Evaristo de MORAES. *Op. cit.*

percorrerem algumas ruas”⁶¹. Num comício convocado pela União dos Empregados do Comércio, Abner Mourão resumiu assim as palavras de um orador, que defendia as sempre “legítimas aspirações” dos caixeiros:

*“A causa dos caixeiros conta assim com as simpatias gerais. E se, contra toda a expectativa, uma lei de regulamentação não vier, cumpre que a classe, unida estreitamente em torno do seu ideal, numerosa e forte, imponha a sua vontade, empregando todos os recursos, fazendo a greve, lutando até a última extremidade.”*⁶²

Apesar do sentido combativo que incitava os caixeiros, à ação direta, Mourão terminou seu comentário sobre o comício diminuindo o teor de exaltação do evento:

*“Palmas vibrantes sublinharam os mais significativos trechos dos discursos, mas, sem de todo destruir esta boa ordem.”*⁶³

Desta forma, o redator de *O Paiz* manteve a boa imagem do movimento dos empregados do comércio. A saber: apesar dos discursos inflamados, os moços teriam mantido a “boa ordem” no local.

O mesmo acontecera em 1906, quando os caixeiros saíram às ruas: a imprensa oficial tendia a justificar seus atos e mesmo a protegê-los, alegando que eram sempre pacíficos e “ordeiros” e que mereciam as horas que os patrões com “espírito adiantado” lhes concediam gentilmente para o lazer ou estudo nos dias da semana.

Um correspondente carioca do jornal operário *A Terra Livre* teve outra impressão deste processo. Para ele, mesmo que a maior parte dos proprietários dos estabelecimentos tivesse concordado com a proposta das comissões, “não fecharam sem a

⁶¹ “A Classe Caixeiral”. *A Vanguarda - Jornal Socialista de Combate*. 27 de Março de 1911.

⁶² “O grande comício de ontem”. *O Paiz*, 20 de julho de 1911.

⁶³ “O grande comício de ontem”. *O Paiz*, 20 de julho de 1911.

isso se verem obrigados pelos atos de energia praticados por um numeroso grupo de rapazes decididos, sem o que nada eles haveriam feito." Tal interpretação dos fatos transforma os acontecimentos, atribuindo-lhes outro significado: o de revolta, autonomia e organização. Como ele considerasse o movimento operário no Rio de Janeiro sempre "moroso" e "frio", segundo a mesma carta, a manifestação dos empregados do comércio em geral e sua organização em sindicatos fizeram-no pensar num novo ânimo para o mesmo⁶⁴.

Depois disso, entretanto, continuaram a lutar para obter a consolidação de suas conquistas através das vias legais. Por isso, Joaquim Telles, o já referido secretário da Associação dos Empregados no Comércio, afirmava, em 1911, que aquele não era mais o momento para agitações nas ruas, mas era o momento oportuno para a aprovação do projeto que determinava o fechamento das portas⁶⁵. Eduardo Raboeira, o relator responsável pelo projeto Leite Ribeiro, afirmou, em entrevista a Abner Mourão, que este projeto tinha o mérito da "oportunidade", o que não havia em 1906, quando o projeto Tertulliano Coelho não fora aprovado. Em 1911, porém, o movimento caixeiral tinha o apoio "enérgico e unânime" da imprensa, impondo-se assim à opinião pública. Segundo Raboeira, isso seria essencial para a aprovação do projeto:

*"O Conselho sente-se bem, decerto, resolvendo de acordo com a opinião."*⁶⁶

O "momento" dos caixeiros teria sido longamente preparado através de um convencimento da opinião pública e da sociedade em geral, sobretudo através do apoio da imprensa.

Em 1911, enquanto se davam as discussões em torno do projeto Leite-Ribeiro, eram inúmeras as cartas de negociantes

⁶⁴ "Do Brasil proletário". *A Terra Livre*, 13 de julho de 1906.

⁶⁵ "O fechamento das portas". *Op. cit.*

⁶⁶ "O que dirá a comissão de justiça do Conselho no seu parecer? Fala o sr. Eduardo Raboeira, relator".

enviadas a *O Paiz* para anunciar que adotariam a prática do fechamento das portas às sete ou oito horas da noite. Como neste caso:

“A casa New Style, estabelecida à rua dos Andradas, n.45 e 47, com artigos de móveis, tapeçarias e colchoaria, tem a honra de comunicar-vos que, tendo em consideração o justo apelo dos empregados no comércio, resolveu de hoje em diante abrir às sete da manhã e fechar às seis horas da tarde.

Rio de Janeiro, 01 de Julho de 1911 - Moreira Del Porto & Cia.”⁶⁷

Pode-se observar que este último aproveitou a deixa para fazer sua propaganda.

O Proprietário J. Albert também resolveu fechar a sua loja, e deu o crédito a União dos Empregados no Comércio:

*“À União dos Empregados no Comércio:
Aviso à honrada União dos Empregados no Comércio,
que fecho o meu estabelecimento às sete e meia da noite, e abro às 8 horas da manhã.*

Rio de Janeiro, 07 de julho de 1911 - J.Albert.”⁶⁸

Esses negociantes preferiam “conceder” um “favor” aos empregados e merecer assim sua “gratidão” a esperar que o projeto fosse aprovado. Se isso acontecesse, teriam que se curvar a uma determinação legal que os obrigaria a adotar a mesma prática, sem, no entanto, lhes caber nenhum mérito. O fechamento das portas deixaria de ser um “favor” dos patrões aos caixeiros e estes, por fim, não lhes deveriam nada⁶⁹.

⁶⁷ *O Paiz*, 09 de julho de 1911.

⁶⁸ Idem, idem.

⁶⁹ Há ainda as cartas de agradecimento enviadas pelos próprios caixeiros pelo fechamento das casas comerciais nas quais trabalhavam, como neste caso, em que os “bons moços” agradecem não só aos “estimados patrões”, como sobretudo ao “Redator do Paiz”: “Exmo. Sr. Redator do Paiz: (...) Os Srs. Freire Guimarães e Cia, proprietários da conhecidíssima e acreditada

Enfim, o movimento caixeiral foi permeado por momentos de ação direta, que alcançou parte de suas reivindicações, através do contrato informal com o patrão.

Durante anos, este processo intercalou-se com a luta pelo respaldo legal de suas conquistas e por novas garantias. Esta não era uma especificidade do movimento caixeiral brasileiro, como definiu E. J. Hobsbawm:

“Mais importante, o movimento para encurtar as horas ganhou terreno, em parte através da legislação, em parte através de acordos e negociações privadas, como no meio-feriado de sábado, que entrou em uso razoavelmente geral a partir da década de 1840 entre os construtores e em algumas partes das províncias, e em Londres, a partir do meio da década de cinqüenta.”⁷⁰

O projeto aprovado em 1911 representou a consolidação de algumas reivindicações já conquistadas em negociações entre as partes. No entanto, para algumas categorias de empregados no comércio o projeto não foi satisfatório, pois, ou retrocedia em relação aos ganhos já obtidos, ou em nada melhorava suas condições. Mas, para a maioria dos caixeiros, a aprovação do projeto parece ter sido, no mínimo, um passo adiante. Aos mais radicais, um embuste corroborado por associações patronais e reacionárias para manter a situação como estava. Em suma: doze horas de trabalho por dia, para alguns, não consistia em avanço. Para outros, porém, era um avanço que isso estivesse no papel, como legislação, e não ao bel-prazer e má vontade dos patrões

drogaria Berrini, resolveram, em conferência de domingo último, a exemplo de diversas casas desta praça, fechar as suas portas às 7 horas da noite. Os signatários desta, empregados da referida drogaria, apresentam ao Exmo. Redator os seus agradecimentos, que são também extensivos aos seus *estimados patrões*. Cumprimentamos e somos, de V.Ex. atentos e obrigados; Álvaro Lima, Venâncio Costa, João Batista da Fonseca e Antônio Souza”. *O Paiz*, 14 de julho de 1911. Grifo meu.

⁷⁰ E. J. HOBSBAWM. “Costumes, salários e carga de trabalho na indústria do século dezenove”. *Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

que ainda não haviam se curvado à campanha informal dos caixeiros. Entretanto, em todos os casos pudemos perceber a presença das iniciativas institucionais e da aglomeração em torno delas compondo um campo de disputas. As associações envolvidas - ainda que ostentassem objetivos diferentes sob uma mesma bandeira - foram presença constante no quadro político e social de um primeiro momento de consolidação legal de um longo período de lutas pela aprovação da lei do fechamento das portas.

BIBLIOGRAFIA

- BATALHA, Claudio de Moraes. *Le syndicalisme "amarelo" a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I: 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Brasiliense: São Paulo, 1986.
- FOOT-HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- HOBSBAWM, Eric. J. *Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, Biblioteca Carioca, V.4.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1989, coleção Tudo é História.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 3, A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



Loja de móveis A Victoria, de Moyses Kortchmar. Praça Onze, Rio de Janeiro, [192-].

WORCMAN, Susane (Coord.). *Heranças e lembranças: imigrantes judeus no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : ARI/CIEC/MIS, 1991. p.181



FERREZ, Marc. Rua do Ouvidor, uma das ruas comerciais de maior prestígio no antigo Rio de Janeiro, [ca.1890].

FERREZ, Gilberto. *O Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez: paisagens e tipos humanos no Rio de Janeiro, 1865 - 1918*. Rio de Janeiro : Ex Libris, 1984. p. 56